

## Plano de Recuperação Financeira da Federação de Triatlo de Portugal

Tendo identificado no seu Programa Eleitoral a necessidade de implementação de uma política de expansão e crescimento, que lhe permitisse aumentar o número de triatletas, nacionalizar a modalidade ou aumentar a sua notoriedade, mas também, como consequência, aumentar o financiamento à atividade federativa, a Direção, nos 2 primeiros anos de mandato, projetou 2 Planos de Atividades e Orçamento ousados e que previam um aumento considerável da despesa.

Esta política permitiu-nos aumentar o número de federados em 26% nos últimos 2 anos, sendo que, a 15 de fevereiro de 2019, havia já mais 100 licenciados que o número final do ano 2016. Permitiu-nos ainda avançar com um plano de regionalização e de capacitação dos clubes e Delegações Regionais para a organização autónomas de provas que permita, a prazo, libertar a estrutura federativa dessa incumbência, e reorientar a sua atividade para outras áreas igualmente importantes, como a formação, a comunicação, a promoção da modalidade nas escolas, nas populações especiais ou noutros segmentos sociais específicos, a organização de eventos internacionais ou a busca de patrocinadores e apoios.

É certo que faltam ainda implementar muitas das medidas apresentadas no Programa Eleitoral, mas percebe-se também que a alteração da estrutura federativa e da sua própria organização são questões basilares que implicam com a própria equipa e dinâmica de trabalho. A reafectação de recursos e planeamento de novos projetos e dinâmicas são processos demorados e que necessitam de avançar de forma concreta e eficiente. Neste sentido, programas nucleares como o projeto de Desporto Escolar ou o Programa Tri Try que, no passado, avançaram sem o total empenho da estrutura e dos seus responsáveis, não poderão agora avançar de forma leviana ou sem a certeza da capacidade federativa para dar resposta às necessidades das escolas, municípios e demais parceiros que possam concretizar estas medidas que consideramos fundamentais para a multiplicação do número de triatletas em Portugal e pela garantia de uma federação nacional que apresente os mesmos níveis de desenvolvimento das congéneres europeias.

Esta mudança trouxe também consigo um significativo aumento do financiamento a diversos níveis, apresentados de seguida, num comparativo entre 2016 e 2018:

- Aumento do financiamento da tutela em 104.000€ (17%), sem contabilizar os eventos desportivos;
- Aumento do financiamento do COP em 14.000€ (22.000€ se considerarmos igual período do ciclo olímpico anterior), o que representa um aumento de 10%. Neste ponto referir ainda que a FTP tem já garantido um financiamento mínimo para 2019 de 175.000€, que provavelmente chegará aos 200.000€, valores nunca antes contratualizados com este organismo;
- Aumento do financiamento das autarquias/outras entidades em 160.000€ (84%)
- Aumento do financiamento por via da organização do quadro competitivo em 33.000€ (15%)

De qualquer das formas, o aumento do financiamento em cerca de 300.000€ não foi suficiente para equilibrar o aumento da despesa, cuja alterações mais significativas registadas em relação a 2016 foram:

- Encargos com o Presidente, no valor de 38.000€;
- Aumento dos encargos com vencimentos em 54.400€, investimento essencialmente feito no Alto Rendimento (1 técnico, 1 médico e 1 fisioterapeuta) e comunicação (1 técnico);
- Encargos com seguros, decorrentes da contratação de um seguro de responsabilidade civil para todos os atletas (15.000€ por ano);
- Aumento do valor do apoio aos clubes em 9.000€ (+23,5%), estando este valor essencialmente relacionado com o Programa de Apoio ao Triatlo Feminino (7.500€);

- Isenção de taxas de organização de provas regionais, apoio aos quadros competitivos regionais e autonomização das Delegações/Associações Regionais (aumento do investimento nos quadros competitivos regionais em 42.000€: +750%);
- Aumento do investimento em formação de 17.000€ (+275%);
- Aumento do investimento com alto rendimento (bolsas atletas, participações internacionais, estágios e apetrechamento) em 95.000€ (+33%);
- Aumento dos encargos com quadro competitivo nacional em 10.000€ (3%).

Neste momento, sem que estejam encerradas as contas de 2018, julgamos que o resultado líquido acumulado nos 2 primeiros anos de mandato é de cerca de -100.000€.

Face a este resultado líquido e ao compromisso eleitoral de não apresentar prejuízo no final do mandato, importa a conceção de um plano de ajustamento e de recuperação financeira que equilibrem as contas dos 2 primeiros anos de mandato.

Para que tal seja possível, é fundamental que nos anos de 2019 e 2020 seja efetuado um esforço suplementar no aumento do financiamento, mas também na contenção da despesa.

Atendendo que o orçamento de 2018 deverá ter uma percentagem de execução próxima dos 100% na despesa e de 97% na receita, consideramos que uma redução do Orçamento apresentado no Plano de Atividades e Orçamento 2019 levaria, numa primeira instância, a uma redução do financiamento estatal. Assim, ao invés de alterar o Plano de Atividades e Orçamento, vertendo ali a necessidade de contenção e reequilíbrio financeiro da FTP, fazemo-lo neste documento, que submetemos à Assembleia Geral.

Assim, de forma muito concisa, e no que ao ano de 2019 diz respeito, a Direção da FTP compromete-se a:

- Não ultrapassar os 50.000€ de despesa dos órgãos sociais;
- Reduzir as despesas de pessoal na Organização e Gestão em 15.000€ face à despesa 2018;
- Reduzir as despesas em deslocações internacionais em 30.000€ face à despesa 2018;
- Fazer depender o investimento do Programa Tri Try da garantia de 40.000€ de financiamento das autarquias;
- Fazer depender o investimento do CE Lisboa da garantia de apoios superiores a 110.000€, contratualizados até junho 2019;
- Reduzir a despesa nos eventos internacionais (Lisboa e Funchal) em 70.000€ face a 2018;
- Condicionar a aquisição de viaturas pelo aumento de financiamento do IPDJ à DPD e garantia de patrocinadores novos (exemplo: o IPDJ dá-nos 15000€ acima do que fez em 2018 ou arranjam um novo patrocínio de 15000€ e podemos adquirir viatura nesse valor. Caso não haja reforço de verba além do que aconteceu em 2018 e não adquirimos viaturas).

É nosso entendimento que este conjunto de medidas não prejudicará o normal funcionamento da FTP ou a prossecução dos objetivos propostos e conduzirão a um resultado líquido do exercício em 2019 que poderá reverter cerca de metade do passivo acumulado nos primeiros 2 anos de mandato.

A FTP espera ainda que estas medidas de contenção sejam complementadas por um aumento da receita entre os 80.000€ e os 100.000€ face a 2018, sendo este incremento garantido essencialmente pelo Comité Olímpico de Portugal, Autarquias (por via da organização da Taça da Europa de Sines e do Programa Tri Try) e IPDJ.

A Direção da FTP